



GRUPO DE AMIGOS AVÓS E NETOS DA FREGUESIA DAS LAPAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2021



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

Grupo de Amigos Avós e Netos da Freguesia das Lapas

Estatuto de IPSS conforme publicação no DR – III série de 25 de Fevereiro de 2002

1.2. SEDE

Rua José Mota e Silva, 1 – A Lapas – Torres Novas

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE

A entidade dedica-se ao apoio à família, idosos, dependentes e suas crianças, na proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, no apoio infantil e jovem e em todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações Financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Decreto-Lei nº 36 A/2011, de 9 de Março, alterado pela Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

-Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

**- Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2021, são comparáveis, com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o seguinte:

- Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para a classe de ativos.

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro.

- Inventários

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Caixa e Depósitos Bancários

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Clientes e Outros Valores a Receber

As contas de “Clientes e Outros Valores a Receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal líquido de comissões, com a emissão desses empréstimos.

- Rédito e Regime do Acréscimo



O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

A entidade beneficiou de subsídios à exploração. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período. Contudo os mesmos tem sido reconhecidos em resultados, no momento do recebimento.

- Imposto sobre o Rendimento

A entidade é sujeito passivo de IRC. Contudo, conforme a alínea b) do nº 1 do artº 10 do CIRC, este tipo de entidades estão isentas de IRC.

4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável

5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

5.1. QUANTIAS ESCRITURADAS E DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM DO PERÍODO

Os ativos fixos tangíveis foram depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 20
Equipamento Transporte	4 a 6
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 a 14

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro. Para o exercício de 2021, foram utilizadas as taxas mínimas de depreciação.



Ativos Fixos Tangíveis	SITUAÇÃO INICIAL			SITUAÇÃO FINAL		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	91,450.00€	-----	91,450.00€	91,450.00€	-----	91,450.00€
Edifícios e Outras Construções	134,560.19 €	67,270.17 €	67,290.02 €	134,560.19 €	71,714.90 €	62,845.29 €
Equipamento Básico	33,414.40 €	32,375.18 €	1,039.22 €	33,414.40 €	32,689.40 €	725.00 €
Equipamento Transporte	56,263.54 €	32,019.09 €	24,244.45 €	67,163.54 €	40,102.01 €	27,061.51 €
Equipamento Administrativo	4,347.01 €	3,867.66 €	479.35 €	4,347.01 €	3,987.54 €	359.47 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6,634.04 €	4,458.04 €	2,176.00 €	9,801.81	4,974.33 €	4,827.39 €
Total	326,669.18 €	139,990.14 €	186,679.04 €	340,736.95	153,468.18	187,268.77

Propriedades de Investimento	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	Terrenos e Recursos Naturais	12,500.00 €	-----	12,500.00 €	12,500.00 €	-----
Edifícios e Outras Construções	37,500.00 €	4,687.50 €	32,812.50 €	37,500.00 €	5,062.50 €	32,437.50 €
Total	50,000.00 €	4,687.50 €	45,312.50,€	50,000.00 €	5,062.50 €	44,937.50 €

Neste exercício foram feitos alguns pequenos e grandes investimentos. No contexto dos grandes investimentos, foi adquirida uma viatura ligeira de passageiros – Peugeot Partner matrícula 37-LT-94- no valor de 10 9000 €, sendo que uma percentagem deste valor será financiado pelo Projeto POISE (**ver ponto 12.1.2**).

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não Aplicável

7. LOCAÇÕES

Não Aplicável

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

8.1. DIVULGAÇÕES SOBRE POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Procedeu-se à reclassificação da dívida a pagar à CEM, de corrente para não corrente, visto que o respetivo valor está registado há vários anos na contabilidade, sem contudo, haver prova documental da



referida dívida. Neste sentido, a Direção da IPSS continua e irá continuar a insistir junto da entidade em causa, na entrega das pastas dos exercícios em questão, de forma a obter as informações necessárias, bem como dar uma resposta à pretensão da Dr^a Jacinta, manifestada e divulgada na Ata nº 40.

8.2. A QUANTIA DE CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADA DURANTE O PERÍODO E A RESPECTIVA TAXA DE CAPITALIZAÇÃO USADA

Não aplicável

9. INVENTÁRIOS

9.1. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Não há registo de imparidades. Neste exercício registou-se um stock final de matérias-primas, conforme quadro abaixo:

Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Matérias Primas e Subsidiárias Período	Matérias Primas e Subsidiárias Ano 2020
Inventários iniciais	0.00 €	0.00 €
Compras	42,054.52 €	39,179.99 €
Reclassificação e regularização de inventários	20,403.20 €	7,512.64 €
Inventários finais	386.25 €	0.00 €
TOTAL CMVMC	62,071.47 €	46,692.63 €

O Valor referente à rubrica “reclassificação e regularização de inventários” registou uma grande variação relativamente ao ano de 2020, devido ao aumento dos donativos em espécie (**ver nota 18.2**).

10. RÉDITO

10.1. QUANTIAS DAS RUBRICAS SIGNIFICATIVAS DE RÉDITO RECONHECIDAS DURANTE O PERÍODO

O rédito apresenta os seguintes valores:



RUBRICAS	VALOR PERÍODO	VALOR ANO 2020
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	107,723.88 €	98,122.44 €
TOTAL	107,723.88 €	98,122.44 €

No 1º trimestre de 2021, um aumento dos casos de COVID-19 obrigou à suspensão da atividade do Centro de Dia até ao dia 4 de Abril, que por sua vez, se refletiu na domiciliação dos serviços através da resposta social Apoio Domiciliário. Como consequência, relativamente ao exercício de 2020, a IPSS conseguiu alguma recuperação na rubrica de prestações de serviços.

Com o receio da pandemia, o ano de 2021, à semelhança do ano de 2020, foi marcado pela ausência de atividades de animação sociocultural. Em virtude desta situação, a resposta social Centro de Convívio, não registou qualquer rendimento. No entanto, realizaram-se no âmbito do projeto Demências pequenos eventos com os utentes e após consulta à Presidente da Direção, ficou decidido imputar 2% do valor total das várias rubricas de rendimentos e gastos a esta resposta social.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12.1.1 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A) Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Verificaram-se várias candidaturas a programas/medidas de apoio do IEFP, nomeadamente:

- Emprego Apoiado em Mercado Aberto
- Medida Estágios ATIVAR.PT

Para as referidas candidaturas, em 2021, foram aprovados os seguintes valores:

PROGRAMAS/MEDIDAS DE APOIO IEFP	VALOR APROVADO
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	5,244.69 €
Medida Estágios ATIVAR.PT	13,107.15 €



B) Instituto da Segurança Social (ISS, IP)

Através do protocolo de comparticipações destinadas às respostas sociais da Instituição: Centro Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Convívio.

Em 2021, resultado da candidatura ao programa ADAPTAR Social+, a Instituição auferiu um subsídio no valor de 868.95 €, referente a comparticipação de parte das despesas inerentes à criação de condições para o funcionamento das respostas sociais no âmbito das diretivas da DGS.

A repartição por resposta social do valor total de subsídios atribuídos pelo Instituto da Segurança Social (ISS), encontra-se discriminada na demonstração de resultados por resposta social.

C) Consignação IRS/IVA

Os valores da consignação do IVA e IRS, dependem da opção exercida por cada contribuinte, aquando preenchimento e entrega da sua declaração de rendimentos. Os valores pagos em 2021, referem-se aos valores consignados no IRS de 2019.

D) Programa Operacional Inclusão Social (POISE)

Em Maio de 2020, foi aprovada a candidatura ao programa POISE. Este projeto consiste na disponibilização aos cidadãos de Torres Novas, de um serviço de pré-ajuda à demência e prevenção primária de saúde mental e terá a duração de 3 anos (01-01-2020 a 31-12-2022). Contudo, foi feito o pedido de prorrogação do projeto por mais dois meses, neste caso até, Fevereiro de 2023.

O montante total do apoio aprovado foi de **214 549.52 €**, sendo financiado pelas seguintes entidades:

FINANCIADORES	COMPARTICIPAÇÃO
- Contribuição do Fundo Social Europeu	70 %
- Contribuição Pública Nacional - Orçamento do Estado	150,184.66 €
Contribuição Privada - Investidores Sociais:	
- Município de Torres Novas	30%
- União de Freg. São Pedro, Lapas e Ribeira Branca	64,364.86 €
- União Freg. Santa Maria, Salvador e Santiago	

E) Compensação ao Aumento do Valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida - IAPMEI

Este apoio concedido pelo IAPMEI consiste numa compensação que abrange os funcionários que a 31 de Dezembro de 2020, recebiam como remuneração base, o valor de retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de € 635, ou cuja remuneração base era superior a 635 € e com a atualização do RMMG, passaram a auferir 665 €.

Valores dos subsídios à exploração imputados ao exercício de 2021:



		VALOR IMPUTADO AO PERÍODO	VALOR ANO 2020
IEFP		24,108.05 €	11,764.53 €
ISS, IP	Comparticipação às respostas sociais	99,003.20 €	107,039.56 €
	Programa ADAPTAR Social +	868.95 €	0.00 €
POISE		35,041.53 €	30,072.53 €
Consignação	IRS	2,002.74 €	1,725.56 €
	IVA	115.16 €	244,28 €
IAPMEI		676.00 €	0.00 €

Os subsídios do IEFP registaram um aumento de mais de 100% relativamente a 2020, porque houve mais candidaturas a programas devido à necessidade crescente de contratação de pessoal. Além disso, foram contabilizados acertamentos/pagamentos de subsídios que estavam em atraso, relativamente a períodos anteriores, neste caso em concreto, referentes ao programa “Emprego Apoiado em Mercado Aberto” (Rute Farinha e Ana Simão).

A variação negativa da participação às respostas sociais de 2020 para 2021, deveu-se sobretudo, à diminuição da participação financeira da domiciliação da resposta social Centro de Dia. Esta resposta social foi retomando a sua normalidade ao longo do ano de 2021.

Relativamente ao projeto POISE, neste exercício, foram efetuados três pedidos de reembolso, para um total de despesa apresentada de 72,042.56 €. Em termos de pagamentos, foi contabilizado o montante total de 35,041.53 €.

À data de 31/12/2021, o projeto apresenta uma taxa de execução financeira de 34.60 %, conforme o seguinte quadro resumo:

	Ano 2020	Ano 2021	Total
Despesa Apresentada por Ano Civil (tendo em conta os pedidos de reembolso efetuados)	2,196.30 €	72,042.56	74,238.86 €
Financiamento Aprovado			214,549.52 €
Taxa Execução Financeira			34.60 %

Fonte: Portal 2020

O total de despesa apresentada reparte-se por várias rubricas, tais como: encargos com o pessoal, subcontratação de serviços, honorários de terapeutas, combustíveis, ferramentas e utensílios (material apoio às atividades do projeto) e de material de escritório. No ano de 2021, os valores de despesa estão incluídos nas rubricas discriminadas nos **pontos 16.2 e 18.4** deste anexo.

12.1.2 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO



No âmbito do projeto POISE, foi afeta uma parcela do subsídio à exploração à rubrica de subsídios ao investimento, no montante de 4 087.44 €, para a aquisição de uma viatura ligeira de passageiros.

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não Aplicável

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos Financeiros mensurados ao custo menos as perdas por imparidade (caso existam):

- clientes e utentes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários.

Em relação a Investimentos financeiros, a entidade possui uma aplicação na Caixa de Crédito Agrícola no valor de 500.00 €. Este investimento encontra-se mensurado ao justo valor.

A rubrica investimentos financeiros, apresenta em 2021:

- retenções efetuadas para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS). Esta rubrica apresenta o valor de 77.27 €, que transitou do ano de 2015.

Este fundo, conforme o DL nº 165-A/2013 de 23 de Dezembro “...é um fundo autónomo, com personalidade jurídica (...) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira da IPSS, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados”. Estas retenções são feitas mensalmente sobre o valor pago nos acordos de cooperação com o ISS (Instituto Segurança Social).

- as retenções para o “Fundo Compensação de Trabalho” (FCT). Este fundo foi criado pela Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto e consiste, caso haja contratação de novos colaboradores, na entrega mensal de uma percentagem sobre o vencimento base e diuturnidades, com o objetivo de mais tarde, no caso das indemnizações por despedimento de funcionários, a entidade poder recorrer a este fundo.

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO E HORAS TRABALHADAS

DESCRIÇÃO	Nº MÉDIO DE PESSOAS	Nº DE HORAS TRABALHADAS	Nº MÉDIO DE PESSOAS PERÍODO	Nº DE HORAS TRABALHADAS PERÍODO
-----------	---------------------	-------------------------	-----------------------------	---------------------------------



			ANTERIOR	ANTERIOR
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE				
Pessoas remuneradas	12	19 145	12	18 975
Pessoas não Remuneradas	5	1 255	5	1 255
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR TIPO DE HORÁRIO				
Pessoas a tempo completo (das quais pessoas remuneradas)	12	19 145	12	18 975
Pessoas a tempo parcial (das quais pessoas remuneradas)	---	---	---	---
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR SEXO				
Masculino	2	2 025	2	2 083
Feminino	15	18 375	15	18 147
PRESTADORES DE SERVIÇO	3	2 646	1	219
PESSOAS COLOCADAS POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	---	---	---	---

Neste exercício, apesar de ter sido contratado mais pessoal para dar resposta à domiciliação dos serviços de centro de dia e para acompanhamento de projeto POISE, o número médio de “pessoas remuneradas ao serviço da entidade” manteve-se de 2020 para 2021 – 12 pessoas. Para tal, contribuiu a grande rotatividade de colaboradoras contratadas ao abrigo do programa MAREES do IEF, algumas baixas médicas devido à pandemia COVID-19 e uma licença de maternidade.

A tempo parcial, a Instituição contou com o apoio e contributo, de cinco elementos da Direção, evidenciado na rubrica “pessoas não remuneradas ao serviço da entidade”.

16.2.BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE

Os gastos com o pessoal, repartiram-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR DO PERÍODO	VALOR ANO 2020
TOTAL GASTOS COM O PESSOAL	173 859.92 €	159,451.61 €
REMUNERAÇÕES AO PESSOAL	141 180.04 €	125,195.52 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	25 707.77 €	23,528.09 €
INDEMNIZAÇÕES	0.00	3,845.40 €
SEG. DE ACID. DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1,511.62 €	1,686.31 €
GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	306.00 €	0.00 €
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	0.00 €	22.20 €
RELATÓRIO ÚNICO	5,154.39 €	5,174.09 €

O total de gastos com o pessoal não reflete a situação do quadro 16.1. O acompanhamento do projeto POISE implicou a contratação de mais duas colaboradoras: uma terapeuta ocupacional a tempo parcial



(Matilde Faria), cujos encargos são suportados em 100% pelo projeto POISE e uma psicóloga (Filipa Faria) abrangida por uma bolsa de estágio do IEPF. Foram também contratadas a termo certo, mais duas colaboradoras (Carla Gabado e Sónia Vieira), para dar apoio às respostas sociais Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

16.3. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Os órgãos diretivos são constituídos por oito elementos não remunerados, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

17.1. DECOMPOSIÇÃO E MOVIMENTO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
FUNDO SOCIAL	58,352.67	0.00 €	0.00 €	58,352.67
RESULTADOS TRANSITADOS	147,674.91 €	0.00 €	20,800.75 €	168,475.66 €
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	6,540.77 €	7,437.09 €	11,587.44 €	10,691.12 €
Subsídios	0.00 €	1,362.48 €	4,087.44 €	2,724.96 €
Doações	0.00 €	0.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €
Outras	6,570. 77 €	6,074.61 €	0.00 €	466.16 €
TOTAL	212,568.35 €	7,437.09 €	32,388.19 €	237,519.45 €

Nos fundos patrimoniais, há a registar os seguintes movimentos:

- Transferência do resultado líquido positivo no valor de 20,800.75 €, para a rubrica de “resultados transitados”, conforme deliberação da aprovação de contas do exercício de 2020;
- Doação de um crédito à Instituição, pela Dr^a Jacinta Trincão, no valor de 7 500.00 €, de que era titular perante a sociedade comercial CEM, Lda, com sede na União de Freguesias de Torres Novas – São Pedro, Lapas e Ribeira Branca, concelho de Torres Novas, conforme escritura exarada no Cartório Notarial de Carlos a Arês a 25 de Junho de 2021.
- Subsídio ao investimento no valor se 4,087.44 €, no âmbito do projeto POISE.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES



18.1. INDICAÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE UTENTES POR RESPOSTA SOCIAL (VALÊNCIA), NO EXERCÍCIO:

RESPOSTA SOCIAL	Nº UTENTES (com extra acordo)	ACORDOS COM O ISS
	Ano 2021	Ano 2021
Centro Dia	6	14
Centro de Convívio	----	11
Serviço de Apoio Domiciliário	2	18

18.2. PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS

DONATIVOS EM DINHEIRO/ESPÉCIE		
	ANO 2021	ANO 2020
Em Dinheiro		
Particulares	1,137.50 €	2,465.21 €
Outras Entidades	2,650.00 €	3,100.00 €
Em espécie		
Outras Entidades	20,412.17 €	7,512.64 €
TOTAL	24,199.67 €	13,077.85 €

Perante a análise à rubrica de donativos, destaca-se o valor dos “donativos em espécie”, concedido pela empresa ALDI – Supermercados de Portugal, Lda.

A rubrica de donativos é bastante variável, pois depende da boa vontade dos particulares e outras entidades. Os donativos de “particulares”, incluem o montante de 500.00 € da doadora benemérita Dr^a Jacinta Trincão, os quais foram deduzidos ao crédito existente desta doadora sob a Instituição.

18.3. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS/RESTITUIÇÃO DE IVA

Esta rubrica inclui os rendimentos relacionados com o arrendamento de imóveis, bem como outro tipo de receitas extraordinárias.

Neste exercício a entidade beneficiou, em termos de restituição de 50% do IVA suportado com aquisição de alimentação e bebidas os seguintes valores, para os períodos indicados:

RESTITUIÇÃO IVA ANO 2021



PERÍODO DO PEDIDO	Total IVA Suportado	Valor Restituído (50%)
Outubro a Dezembro de 2020	833.59 €	416,79 €
Janeiro a Setembro de 2021	3,134.09 €	1,728.82 €
TOTAL		2,145.61 €

Nota: O valor restituído pode não corresponder a 50% do valor suportado, pois foram entregues pedidos de substituição nos períodos indicados, para os quais ainda se aguardam as transferências dos respetivos acertos.

18.4. DISCRIMINAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	4,980.00 €	0.00€
Serviços especializados	48,491.60 €	18,408.18 €
Trabalhos especializados	21,085.15 €	13,123.38 €
Publicidade e propaganda	41.82 €	81.18 €
Vigilância e segurança	0.00 €	0.00 €
Honorários	23,906.68 €	1,750.00 €
Conservação e reparação	3,457.00 €	3,369.22 €
Outros	0.95 €	84.40 €
Materiais	5,862.44 €	995.73 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3,056.98 €	626.81 €
Livros e Documentação Técnica	64.85 €	0.00 €
Artigos para Oferta	150.00 €	0.00 €
Material de escritório	2,590.61 €	368.92 €
Energia e fluidos	14,725.87 €	14,127.41 €
Eletricidade	4,243.03 €	4.591.58 €
Combustíveis	8,974.59 €	6,664.74 €
Água	1,508.25 €	2,871.09 €
Deslocações, Estadas e Transportes	130.45 €	8.20 €
Deslocações e Estadas	99.15 €	0.00 €
Portagens e Estacionamentos	31.30 €	8.20 €
Serviços diversos	6,395.84 €	5,811.31 €
Rendas e alugueres	723.24 €	542.43 €
Comunicação	975.78 €	1,045.24 €
Contencioso e Notariado	204.00 €	45.00 €
Seguros	1,217.74 €	839.63 €
Limpeza, higiene e conforto	3,270.08 €	3332.31 €
Outros serviços	5.00 €	6.70 €
Total	80,586.20 €	39,350.83 €



Na análise às rubricas de fornecimentos e serviços externos, verificamos que há rubricas que tiveram um aumento acentuado de 2020 para 2021, porque como referenciado anteriormente, estas rubricas incluem parcelas inerentes ao Projeto POISE.

A Presidente da Direção

Contabilista Certificado nº 69490
